

# A instituição da semiformação na sociedade administrada: reflexões críticas sobre a razão instrumental na contemporaneidade

Bianca Stela Luiz e Silveira\*

## Resumo

Amparado pelos conceitos e discussões elaborados por autores expoentes da Teoria Crítica da Sociedade este artigo propõe uma reflexão crítica acerca dos prejuízos formativos decorrentes do contexto social no qual a indústria cultural se torna hegemônica, de modo que a razão é instrumentalizada a favor do progresso e da ideologia dominante. Diante do paradoxo da universalização do conhecimento sob os ditames do capitalismo tardio, a popularização das tecnologias de informação e comunicação na cultura digital constitui-se como uma das faces de semiformação na atual sociedade administrada do século XXI, convertendo os bens culturais ao fetichismo inerente à indústria cultural. Conclui-se, sob a perspectiva adorniana, que o resgate da experiência formativa em seu caráter emancipador somente é possível por meio da autorreflexão crítica sobre a semiformação, tematizada em sua heteronomia enquanto requisito para a transformação da realidade.

**Palavras-chave:** Semiformação. Teoria Crítica da Sociedade. Indústria Cultural. Razão Instrumental.

## Introdução

A expressão “Escola de Frankfurt”, mediante sua Teoria Crítica da Sociedade, designa um movimento intelectual iniciado em 1923 a partir da fundação do *Institut für Sozialforschung*, sediado na Alemanha até o período do Terceiro Reich. Pautado sob influências teóricas distintas e até mesmo divergentes, tal movimento composto por cientistas sociais e filósofos marxistas possui nuances significativas em suas produções, de modo que seu referencial teórico não é homogêneo, sequer há um consenso epistemológico e político diante dos aspectos da realidade analisada.

De acordo com Freitag (1988), o que caracteriza a atuação conjunta dos intelectuais frankfurtianos é a reflexão dialética, a competência dialógica e capacidade intelectual e crítica para desenvolver questionamentos radicais acerca dos

---

\* Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, integrante do grupo de pesquisa Nexos: Teoria Crítica e Pesquisa Interdisciplinar – Sul e do Laboratório de Cultura Digital – L@bCult. E-mail: bianca.sl.silveira@gmail.com

pressupostos de cada posição adotada. Nesse sentido, o referencial teórico que constitui a Teoria Crítica não se limita à análise da sociedade e da cultura contemporâneas, mas consiste na exposição crítica de suas contradições sociais – não apenas enquanto expressão do contexto histórico concreto, mas, sobretudo, enquanto um fator essencial para a resistência e a transformação da realidade.

Diante da diversidade de temas contemplados pelos intelectuais da Escola de Frankfurt, a discussão proposta neste artigo é direcionada com base em um determinado eixo propulsor: a crítica à razão instrumental instituída na ordem política e econômica do mundo administrado. Por meio da dialética negativa a Teoria Crítica apresenta um referencial teórico que problematiza os pressupostos da racionalidade iluminista ao alertar que a potencialidade da razão constitui, ao mesmo tempo, seu próprio desvirtuamento (MATOS, 1993). Nessa perspectiva, em um contexto em que a técnica e a ciência estão a serviço do capital, a razão instrumental promove a dominação em detrimento de qualquer possibilidade de almejo ao esclarecimento por meio da razão emancipatória.

Assim, baseando-se nos conceitos e discussões desenvolvidos por autores expoentes da Teoria Crítica da Sociedade – entre eles, a primeira geração da escola de Frankfurt, composta por Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse –, o artigo propõe uma reflexão crítica acerca do processo de semiformação instituído por meio da indústria cultural hegemônica, cujos prejuízos são agravados pelo falso sentimento de progresso decorrente dos avanços tecnológicos na atual cultura digital. Conclui-se que os princípios da razão instrumental seguem infligindo danos em diversas dimensões da sociedade, de modo que o resgate da experiência formativa se constitui como um dos eixos norteadores da educação, para a contradição e para a resistência, por meio da autorreflexão crítica acerca da semiformação a qual se converteu.

## **Os prejuízos formativos decorrentes da indústria cultural: análises conceituais à luz da Teoria Crítica da Sociedade**

Em plena época da universalização da informação e democratização do conhecimento, cujas práticas sociais são amparadas por avanços tecnológicos que ditam valores pragmáticos pautados na “eficiência” e “inovação”, a razão é instrumentalizada enquanto suporte do progresso e das relações de dominação na medida em que a sociedade de consumo se consolida no sistema capitalista tardio. Segundo Zuin (2011), as consequências da exploração do trabalho e da fetichização da técnica resultam na crise da formação cultural, cujas condições socioculturais negam

aos trabalhadores os pressupostos básicos para efetivar o processo formativo do sujeito livre e radicado em sua própria consciência, capaz de estranhar e resistir criticamente aos ditames da sociedade administrada. Assim, em um contexto em que a classe dominante monopoliza a formação cultural em uma sociedade formalmente vazia, a desumanização implantada pelo sistema capitalista de produção gera dois elementos essenciais para compreender a crítica radical da sociedade contemporânea: a indústria cultural e o revés que lhe é derivado, concebido como *Halbbildung*<sup>1</sup> (ADORNO, 2010).

De acordo com Pucci (1998), na tradição germânica, a cultura era concebida como um conjunto de criações espirituais – fossem elas intelectuais, artísticas ou religiosas. Os sujeitos, em um processo dialético que os constituía enquanto consumidores e criadores da cultura, deveriam dedicar o ócio à restauração das forças desgastadas no trabalho, reorganizando seus momentos vitais em atividades que lhe propiciassem experiências mais humanas, crescimento espiritual e momentos integrais de sua existência. O tempo livre, compreendido não como exclusão do trabalho, mas como complementação de seu desenvolvimento, seria destinado à formação cultural, cuja tensão é marcada por dois polos antagônicos e complementares, sendo eles: autonomia e adaptação; emancipação e conservadorismo; transcendência e acomodação. A formação, nesse sentido, “[...] devia ser aquela que dissesse respeito – de uma maneira pura como seu próprio espírito – ao indivíduo livre e radicado em sua própria consciência, ainda que não tivesse deixado de atuar na sociedade e sublimasse seus impulsos” (ADORNO, 2010, p. 13).

Por outro lado, enquanto a monopolização da formação cultural pela burguesia lhe proveu condições para que se elevassem à classe dominante, a classe operária foi privada dos pressupostos para a formação cultural e, sobretudo, do ócio necessário para o desenvolvimento do espírito livre. Como resultado da modernização e ascensão do sistema capitalista tardio, os trabalhadores, antes impedidos de se apropriarem dos bens culturais devido à heteronomia da religião, agora são excluídos do privilégio da cultura devido à heteronomia do capital, cujo giro reprodutivo os afasta das reais criações artísticas sob um processo controverso – apesar dos trabalhadores possuírem acesso irrestrito a determinados bens culturais, tais valores são convertidos em

---

<sup>1</sup> De acordo com os tradutores do capítulo *Teoria da Semiformação* (ADORNO, 2010, p. 8), o emprego do termo alemão *Halbbildung*, enquanto derivado da palavra *Bildung*, pode assumir tanto o significado de semiformação quanto de semicultura, dependendo do contexto no qual é empregado. Neste artigo, optamos pelo uso do termo semiformação como tradução geral por considerá-lo mais adequado, tendo em vista os prejuízos na dimensão subjetiva decorrentes da hegemonização da indústria cultural (ZUIN e ZUIN, 2017).

semiformação devido à conquista do espírito pelo caráter fetichista da mercadoria (ADORNO, 2010).

Ao massificar os bens culturais e falsificar a formação, os trabalhadores passam a ter acesso aos novos valores de consumo imediatos, produzidos e reproduzidos de modo homogêneo por meio da lógica do mercado. Tais produtos disseminados pelo progresso das forças produtivas, ao assumirem o caráter de valor de troca em detrimento do valor de uso, tornam-se acessíveis a toda classe operária pela possibilidade de adquiri-los por meio de rádios, cinema, televisão e, atualmente, da internet e suas mídias digitais. Instaure-se, no contexto capitalista tardio, a indústria cultural que produz a onipresença da semiformação, impondo conteúdos objetivos e coisificados, como mercadorias neutralizadas que travam a possibilidade de uma autonomia verdadeira ao desenvolver-se de modo unilateral, predominando o conformismo (RIPA, 2015).

Sob a perspectiva adorniana, o acesso massificado aos produtos difundidos pela indústria cultural não garante, necessariamente, a formação de sujeitos livres e radicados em suas próprias consciências – pelo contrário, o consumo desenfreado de tais valores de uso padronizados tende a fomentar a disseminação dos pensamentos estereotipados, a reificação da consciência e as práticas preconceituosas delirantes por meio da imposição da semiformação (ZUIN, 2011). O processo de formação cultural não diz respeito meramente à apropriação de valores espirituais sem que haja uma análise dialética acerca de sua práxis, contemplando a tensão entre autonomia e adaptação enquanto dimensões essenciais para o desenvolvimento do caráter instrumental negativo e emancipador do sujeito. Quando há rompimento entre tal tensão, de modo que uma dimensão predomina em detrimento da outra, há uma devastação do espírito e a formação assume um caráter regressivo, de modo que “[...] a adaptação reinstala-se e o próprio espírito converte-se em fetiche, em superioridade do meio organizado universal sobre todo fim racional e no brilho da falsa racionalidade vazia” (ADORNO, 2010, p. 12).

A popularização da formação cultural nas condições vigentes se dá em um contexto ambíguo, relacionado ao processo de construção do progresso da civilização. Para Adorno (2010, p. 27), “[...] dizer que a técnica e o nível de vida mais alto resultam diretamente no bem da formação, pois assim todos podem chegar ao cultural, é uma ideologia comercial pseudodemocrática”. Ou seja, sob a perspectiva do autor, ainda que o progresso contenha em si as possibilidades do avanço e do retrocesso, o desenvolvimento das forças produtivas materiais não implica no esclarecimento e na autonomia do espírito – pelo contrário, significa a sua aniquilação e o declínio do

indivíduo. O fenômeno tecnológico, enquanto processo eminente para mercantilização universal dos bens culturais na indústria cultural, “[...] provoca uma socialização que não forma. Uma socialização e uma deformação crescente caracterizam o desencontro entre uma progressão na dominação material e uma regressão no âmbito cultural” (MAAR, 1992, p. 187).

Assumindo uma posição dialética, a formação cultural está inserida em um determinado contexto histórico, fruto de determinadas práticas sociais – portanto, não se constitui apenas como reflexo das condições existentes, mas também confere a possibilidade de transformar a realidade objetiva. Sob a perspectiva de Marcuse (1999), a tecnologia, cujo desenvolvimento vem sustentando os ditames da indústria cultural, não pode ser interpretada no vácuo, mas, sim, de acordo com o complexo processo social que determina sua razão de ser. Enquanto fenômeno historicamente situado, a tecnologia é concebida a partir das necessidades de produção de existência dos sujeitos que lhe atribuem um sentido intencional para atender a determinadas finalidades sociais.

Desse modo, a técnica, enquanto artefato que objetiva modos de atuação sobre a realidade, somente ganha sua “razão de ser” quando criada e direcionada pelos grupos sociais que lhe conferem intencionalidade, constituindo a realidade e inserindo-a na totalidade maior do fenômeno tecnológico (MALAGGI, 2020). Logo, considerando que a existência da tecnologia é substancialmente social, torna-se impossível concebê-la sob a perspectiva da neutralidade – dependendo dos grupos sociais que direcionam sua aplicação e utilização, a técnica pode promover “[...] tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância, tanto o aumento quanto a abolição do trabalho árduo” (MARCUSE, 1999, p. 74). Guarda em si, portanto, uma dialética que se ressignifica no âmbito das relações sociais – tanto para a transformação quanto para a coesão social.

Portanto, ainda que os avanços tecnológicos e científicos contenham em si as possibilidades do progresso e do retrocesso, a perspectiva adorniana referente à Teoria Crítica da Sociedade nos alerta para a dimensão do retrocesso, a fim de nos sacudir do torpor do encantamento das maravilhas da civilização (PUCCI, 1998). Talvez um dos fenômenos mais evidentes da reificação da consciência resida justamente no encanto frente ao desenvolvimento tecnológico na sociedade contemporânea – segundo Malaggi (2020), tal maravilhamento surge da dissociação entre técnica e tecnologia nas práticas sociais dos sujeitos, de modo que ambas são desnudadas de seus aspectos sócio-históricos e revelam apenas sua dimensão instrumental, condicionando uma compreensão limitada e ideologicamente direcionada do fenômeno tecnológico.



Ao ter uma relação com a tecnologia sob um viés reificado, pouco compreendemos sobre seus porquês no contexto social – a favor de quê, de quem e para quem tais tecnologias estão? Tais questionamentos são fundamentais para desvelar o caráter ideológico da tecnologia e compreender, enfim, como a semiformação reflete prejuízos em inúmeras dimensões sociais – sobretudo, nos processos educacionais contemporâneos.

## **A atualidade da semiformação e a busca por uma educação para a contradição e para a resistência**

Mesmo seis décadas após a publicação de sua obra *Theorie der Halbbildung*, as reflexões elaboradas por Adorno permanecem atuais e relevantes para compreender como a indústria cultural determina a produção de danos significativos devido à conquista da cultura pelo caráter fetichista da mercadoria, resultando na renovação da semiformação na sociedade que constitui a cultura digital (ZUIN e ZUIN, 2017). Diante do paradoxo que vivemos hoje, cujos avanços tecnológicos expandem as possibilidades de disseminar informações sob uma perspectiva de democratização do acesso ao conhecimento, evidencia-se que a mesma expansão técnica institui a racionalidade instrumental pautada em ditames pragmáticos e fundamentalismos irracionais de diversas ordens que, por sua vez, visam a perpetuação da ideologia dominante e a manutenção das relações capitalistas de produção. Nessa perspectiva, reiteramos a crítica de Adorno e Horkheimer (1985, p. 19) que, em meados do século XX, já denunciavam que “[...] a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo da calamidade triunfal” – ou seja, em plena época da universalização do conhecimento devido à expansão das tecnologias digitais, a razão se converte em um dos pilares do progresso e da dominação, resultando na reprodução da barbárie social e na intensificação da miséria espiritual (RIPA, 2015).

Para compreender como ocorre a renovação do processo de semiformação na atual cultura digital, cuja disseminação progressiva promove a obliteração do esclarecimento ao converter tudo aquilo que é produto da sociedade em mera mercadoria e engodo das massas, é possível analisar como determinadas práticas sociais hoje são marcadas pelos prejuízos formativos decorrentes da indústria cultural. Considerando a relação intrínseca entre *educação* e *formação*, Bandeira e Oliveira (2012) observam como o sistema educacional vigente reforça o potencial destrutivo da semiformação, cuja abordagem pedagógica se pauta em um modelo neoliberal atrelado aos padrões de controle social e produção em escala, resultando em danos indelévels não apenas nos processos formativos sob sua perspectiva mais ampla, mas também nas próprias práticas pedagógicas. Nesse sentido, ao invés de buscar meios para resistir e

superar os ditames da sociedade administrada, a educação torna-se subordinada ao processo de semiformação e perpetua os princípios que regem a ideologia do capital, renunciando à dimensão emancipatória da razão enquanto contradição que resiste a sua conciliação (MAAR, 2003).

Sob um modelo racionalizado e industrializado a abordagem pedagógica liberal foi engendrada a partir dos princípios da desenfreada economia de mercado – assim, no contexto da sociedade administrada, a educação deixa de ser concebida fundamentalmente como um direito do cidadão e adquire valor de troca enquanto produto extremamente rentável, comercializado hegemonicamente por instituições privadas, cujos interesses são direcionados pela ordem dominante. Nesse processo deformativo diversas dimensões que constituem o fazer pedagógico são pautadas sob o modelo fordista de produção, cujo currículo escolar e o próprio trabalho docente são organizados de forma fragmentada e hierarquizada enquanto camuflados sob um discurso de eficiência, progresso e inovação – ditames estes que são associados aos valores pragmáticos da sociedade capitalista hodierna e desnudados dos intuitos sociopolíticos que guiam sua aplicação na realidade social (MALAGGI, 2020).

Dessa forma, considerando que o espírito da semiformação prega a adaptação e o conformismo à vida real, tal abordagem racionalizada reduz a educação ao seu caráter operacional, cuja finalidade específica é a qualificação pouco especializada de trabalhadores para atender às demandas do mercado de trabalho – formam-se, assim, sujeitos aptos para servir aos fins do capital e, sobretudo, acomodados e indiferentes ao contexto social, cada vez mais administrados e inaptos à experiência, ao desenvolvimento criativo e à negatividade necessária para desenvolver a capacidade de resistência e contradição.

De acordo com Pucci (1998), entre as contribuições da obra *Theorie der Halbbildung* para a educação, destacamos a importância de resgatar a experiência formativa não apenas no sentido da escolarização, mas em toda extensão que compreende a categoria educacional. Dado o contexto vigente, compreendemos que a semiformação permeia todas as relações sociais de produção, cujas diferentes manifestações estéticas são dominadas pela razão instrumental – seja o saber popular, o aparente tempo livre ou os “democráticos” meios de comunicação. Assim, diante da onipresença do espírito alienado, Adorno (2010, p. 8) enfatiza que reformas pedagógicas isoladas, ainda que indispensáveis em muitos contextos, não trazem contribuições substanciais – podem até, em certas ocasiões, reforçar a crise da formação cultural ao revelarem “uma inocente despreocupação frente ao poder que a realidade extrapedagógica exerce sobre eles”. Sob tal perspectiva, a semiformação vai muito além

de um problema interior de uma determinada situação cultural ou educacional – refere-se, sobretudo, “[...] a uma forma ordenada da sociedade contemporânea determinada conforme um certo modo de produção social dos homens, e somente neste âmbito pode ser adequadamente apreendida” (MAAR, 2003, p. 471).

O grande desafio que é colocado hoje, à luz do pensamento adorniano, é a crítica à semiformação ao captar suas tendências intrínsecas, desvelando o contexto de produção da sociedade enquanto formação autogerada pelos sujeitos e compreendida em sua configuração histórico-social. Segundo Bandeira e Oliveira (2012), partindo de uma perspectiva dialética, a formação cultural não se constitui como mero reflexo dos condicionantes que determinam sua razão de ser, mas representa uma possibilidade de libertação dos mecanismos coercivos e da imposição de conhecimentos reificados difundidos pela indústria cultural. Reiteramos a perspectiva de Adorno (2010, p. 39) de que “[...] a única possibilidade de sobrevivência que resta à cultura é a autorreflexão crítica sobre a semiformação, em que necessariamente se converteu”.

Portanto, faz-se necessário a autorreflexão crítica baseada na materialidade histórica da sociedade contemporânea, tendo em vista a compreensão dos fatores que produziram tal processo a fim de postular uma práxis revolucionária que supere os condicionantes objetivos que determinam a realidade repressiva do século XXI. A formação cultural, associada aos conceitos de esclarecimento, educação e emancipação, é um processo que não se limita aos aspectos subjetivos e superestruturais, mas se constitui essencialmente como um processo de resistência e contradição do sujeito e da sociedade como um todo – desse modo, implicaria na transformação das condições sociais e materiais em sua capacidade de intervir, questionar e reagir, bem como de direcionar seus ideais para uma existência mais justa e verdadeiramente humana (PUCCI, 1998).

## Considerações finais

Ao dimensionar uma Teoria Crítica da Educação não é possível interpretá-la de forma idealista sob os termos da própria semiformação – é necessário decifrar a cultura e a formação em seus momentos constitutivos, baseadas dialeticamente na crítica ao processo semiformal a fim de orientar as possibilidades vigentes, embora não concretizadas, na experiência das contradições da formação social efetiva (MAAR, 2003). Nesse sentido, a educação deve assumir o discernimento e o inconformismo como elementos propulsores da experiência crítico-formativa, resgatando a tensão entre autonomia e adaptação em todos os espaços, organizações e expressões que



possam contribuir para que os sujeitos desenvolvam plenamente suas potencialidades e, assim, colaborem efetivamente para a transformação social.

Na busca por uma educação para a contradição e para a resistência, o resgate da experiência formativa não se limita a uma crítica radical aos condicionantes objetivos que canibalizam a simbolização, nem sequer ao desenvolvimento criativo de ações que favoreçam a experiência espiritual – significa, sobretudo, a luta para mudar radicalmente as condições de produção que continuamente eliminam o esclarecimento e perpetuam a semiformação, a fim de desvelar as falsidades presentes na sociedade culturalmente construída e despertar a consciência de que os sujeitos são permanentemente enganados pela dúbia democratização dos bens de consumo.

Portanto, sob a perspectiva adorniana, interessa expor a negatividade intrínseca que constitui a formação cultural nas condições vigentes, instigando a necessidade de compreender como os sistemas delirantes da semiformação pronunciam a alienação e compõem um substituto da experiência espiritual, falso e aparentemente próximo, em lugar da formação por ela destruída. Alertar sobre a dialética do esclarecimento diante da pretensão de democratizar o acesso aos bens culturais não se constitui como mera crítica aos princípios iluministas, cuja filosofia de caráter idealista se pauta na relação de conhecimento entre sujeito e objeto ditada por valores instrumentais e interesses inerentes à burguesia que se consolidou por meio da formação cultural. Afirmar a impossibilidade de preservar a razão no contexto da indústria cultural é, sobretudo, assinalar os limites das condições que a engendram, a partir dos princípios da dialética negativa, a fim de confrontar-se com seu caráter ideologizado em uma articulação contundente entre formação, ética e política – assim, ao propor uma educação comprometida em coibir a institucionalização da barbárie, assume-me o imperativo categórico: “a exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação” (ADORNO, 2006, p. 119).

## Referências

ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 119-138.

ADORNO, T. Teoria da semiformação. In: PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S.; LASTÓRIA, L. A. C. N. (Orgs.). **Teoria crítica e inconformismo**: novas perspectivas de pesquisa. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira. Campinas: Autores Associados, 2010. p. 7-40.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1985.

BANDEIRA, B. S.; OLIVEIRA, A. R. Formação cultural e semiformação: contribuições de Theodor Adorno para pensar a educação hoje. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 225-232, maio/ago. 2012.

FREITAG, B. **A teoria crítica: ontem e hoje**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MAAR, W. L. Lukács, Adorno e o problema da formação. **Lua Nova – Revista de cultura e política**, São Paulo, n. 27, p. 171-200, 1992.

MAAR, W. L. Adorno, Semiformação e Educação. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 459-476, 2003.

MALAGGI, V. Tecnologia em tempos de pandemia: a educação a distância enquanto panaceia tecnológica na educação básica. **Criar Educação** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESC, v. 9, p. 51-79, 2020.

MARCUSE, H. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: MARCUSE, H. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p. 73-104.

MATOS, O. C. F. **A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, Coleção Logos, 1993.

PUCCI, B. A teoria da semicultura e suas contribuições para a Teoria Crítica da Educação. In: PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S.; DE OLIVEIRA, N. N. **A Educação danificada: contribuições à teoria crítica da educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 89-116.

RIPA, R. A educação a distância como indústria cultural: reflexões sobre a docência na EaD. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n. 24, p. 270-287, maio/out. 2015.

ZUIN, A. A. S. Indústria cultural e semiformação: a atualidade da educação após Auschwitz. **Revista Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 25, n. 50, p. 607-634, jul./dez. 2011.

ZUIN, V.; ZUIN, A. A. S. A atualidade do conceito de semiformação e o renascimento da Bildung. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 24, n. 3, p. 420-436, 2017.